

## **Intervenção do Deputado Aníbal Pires proferida no encerramento do debate na generalidade sobre as Orientações de Médio Prazo, Plano Regional e Orçamento 2009**

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Estas não são as nossas Orientações, nem o nosso Plano e Orçamento. Afirmo aqui, nesta tribuna, no início deste debate.

Trata-se de um projecto de intenções e de instrumentos do Governo Regional, sobre os quais nos pronunciámos relevando a sua importância e uma moderada adequação ao contexto de crise social e económica em que vivemos. Sem deixar, porém, de identificar e criticar as insuficiências e as opções políticas que, naturalmente, nos separam do PS.

Plano de intenções e instrumentos sobre os quais não deixaremos de exercer a mais rigorosa e exigente fiscalização, plano de intenções e instrumentos sobre os quais não deixaremos de exercer a mais firme exigência em termos da sua concretização.

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Sabemos separar o que são competências do Governo e o que são competências da Assembleia os papeis de um e outro órgão, mas nunca deixaremos de exigir, de ambos, que cumpram os seus deveres e compromissos, fazendo o melhor para a nossa Região.

Temos, naturalmente, perspectivas críticas, que explanámos, em relação às escolhas e opções assumidas pela maioria. Críticas e discordâncias que radicam,

sobretudo, numa diferente perspectiva ideológica da visão do modelo de desenvolvimento que propomos para os Açores.

Não abdicámos, nem abdicaremos, de apontar o que está mal, de trazer a esta Assembleia, dentro das limitações de tempo de intervenção que nos foram impostas, as insuficiências, lacunas e erros destes instrumentos.

Não deixámos de apontar os perigos do optimismo macroeconómico mal fundamentado, a fraca ambição nalguns objectivos, a desequilibrada distribuição do investimento ao longo do quadriénio, as insuficiências nos programas sociais.

No entanto, a situação de crise económica e social que atravessamos obrigou o Governo do Partido Socialista a algumas inflexões com algum significado que o PCP não pode, com seriedade, de todo ignorar.

Queremos, neste início de legislatura transmitir um sinal à maioria parlamentar, bem como aos restantes partidos da oposição, da nossa abertura ao diálogo, a nossa disponibilidade e da nossa capacidade de construir colectivamente as soluções que melhor sirvam o Povo Açoriano, sem que isso signifique, todavia, abdicarmos do nosso próprio rumo e da nossa própria visão para o desenvolvimento dos Açores.

O nosso voto não será nunca um cheque em branco, pois é acima de tudo uma exigência de concretização.

A nossa postura nunca será a de resignação, pois com toda a legitimidade e firmeza aqui estaremos para fiscalizar a actuação do Governo.

A nossa posição jamais será a da cedência, pois temos um compromisso indestrutível com o Povo Açoriano.

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Apresentámo-nos neste debate, com uma postura construtiva e aberta ao diálogo. Com integridade, clareza e sem estratégias preconcebidas procurámos contribuir, com elevação e sentido de responsabilidade para o enriquecimento dos documentos presentes a esta Assembleia. Temos, a exacta noção da nossa própria medida, mas também da nossa capacidade de intervenção social e política. Não nos arrogamos o papel de donos de todas as verdades, nem temos coutadas ou direitos de propriedade sobre as diferentes áreas da acção governativa e parlamentar.

Não pretendemos apresentar nesta discussão remédios milagrosos para todos os males que afligem a Região. Temos engenho, mas não temos artes de ilusionismo político para distrair os mais incautos!

Mas também não nos limitamos à crítica estéril e não nos demitimos de apresentar soluções e propostas, porque foi para isso que merecemos a confiança e o voto dos açorianos.

Fácil teria sido apresentar dezenas de propostas que arrastassem milhões de euros ao bel-prazer da demagogia. Conseguiríamos assim, com certeza, mais alguns “sound-bytes” de sonoro e oco verbalismo populista, mas perderíamos, com igual certeza, a confiança do Povo Açoriano, que exige de nós que apresentemos soluções credíveis e eficazes, propostas concretas e realizáveis.

Também nos poderíamos ter refugiado na posição cómoda da oposição destrutiva que nada de novo tem para propor aos açorianos, procurando na tática da terra queimada, no “quanto pior, melhor”, e tentar ganhar eventuais, mas certamente fátuos, trunfos na luta político-partidária.

Não, senhores Deputados! Não vamos por aí!

Sendo fieis aos nossos princípios, à longa e gloriosa história do PCP, da qual justamente nos orgulhamos, nunca poderíamos ir por aí!

Perante o verbalismo, preferimos a consistência das ideias amadurecidas.

Perante o populismo, preferimos a responsabilidade.

Perante a demagogia, preferimos a coerência.

E é por isso que procurámos, antes, construir propostas realistas que possam contribuir para o bem-estar do nosso povo. Fizemo-lo com toda a humildade democrática, mas também com toda a convicção da validade e utilidade do que propomos.

É desta maneira que encaramos e que cumprimos o mandato que o Povo Açoriano nos conferiu.

Disse,

Sala de Sessões, 02 de Abril de 2009

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires